

# Congresso examina fórmula mista

**Brasília** — A Comissão Mista do Congresso que examina a adoção do regime parlamentarista pode aprovar, hoje, à tarde, uma emenda que institui o regime de gabinete com eleições diretas. Dos 22 membros da Comissão — 12 do PDS, oito do PMDB, um do PT e um do PDT — dez estão claramente comprometidos com a aprovação da emenda; seis comunicaram informalmente que votarão a favor; três podem votar contra; e apenas dois votos são desconhecidos.

Ontem à tarde, no Congresso, o Senador Jorge Kalume, coordenador da campanha do Deputado Paulo Maluf no Acre, redigiu seu voto contrário à emenda, que lerá hoje, na hora da votação. “No meu voto eu digo que país, para ter parlamentarismo, precisa ter uma renda **per capita** (renda por cidadão) de 5 mil dólares, mas precisa mesmo é de uma renda de 10 mil dólares. O Brasil está muito longe disso” (sua renda **per capita** é inferior a 2 mil dólares).

## Votação

Os malufistas, contudo, terão pouca influência na votação. Além de Kalume, apenas os Deputados Edison Lobão (MA) e Nilson Gibson (PE) podem adotar posição contrária à emenda, para que não haja possibilidade de alteração nas regras da sucessão. Ao lado deles, a expectativa de voto desfavorável fica, unicamente, por conta do Senador pernambucano Aderbal Jurema. “Esse, segundo dizem, é um presidencialista histórico”, observou ontem o Senador Marcondes Gadelha (PDS-PB), “mas está na Frente Liberal, e a Frente está conosco”.

Semana passada, uma manobra do líder do PDS no Senado, Aloysio Chaves, impediu a votação da emenda. O recurso empregado pelo Senador Chaves — o requerimento de vista da emenda — não pode ser mais utilizado. A única maneira de a emenda não ser votada hoje é a aprovação, pelo plenário da Comissão, de um requerimento adiando a votação.

O Líder do PDS na Câmara, Deputado Nelson Marchezan, também não pareceu muito preocupado em tentar impedir a aprovação da emenda na Comissão. Ontem, por volta das 17h, apressado por causa de um compromisso no

Ministério das Minas e Energia, Marchezan reconheceu sequer ter tratado dessa votação com seus companheiros.

“Eu sei que há muitos parlamentares que defendem o parlamentarismo aqui no Congresso, mas ainda não conversei com os deputados sobre isso”. Na verdade, a despreocupação de Marchezan pode estar, segundo o Senador Carlos Chiarelli (PDS-RS), respaldada na certeza de que, caso a emenda passe na Comissão, terá ainda que ser colocada na pauta de votação do Congresso pelo Senador Moacyr Dalla, e poderá ser modificada em plenário.

## Recenseamento

Além da defesa do parlamentarismo, os andreazzistas estão empenhados em duas outras linhas de ação: uma correta identificação do efetivo do seu bloco político; e uma avaliação de quantos desses permaneceriam unidos por mais tempo, para uma negociação em bloco com qualquer um dos dois candidatos à Presidência, às vésperas do Colégio Eleitoral.

Os dois levantamentos ficaram a cargo do Deputado paranaense Santos Filho. Ontem, ele comentou que o número de andreazzistas “chega a mais de 40”. Mas outro elemento do grupo, o deputado acreano Alécio Dias, fez uma observação: “Só que desses 40, apenas 19, até agora, podem ser qualificados de totalmente independentes”.

O trabalho de Santos Filho especifica os totalmente independentes do grupo, os de tendência malufista e os de tendência tancredista. “O Rubens Ardenghi, por exemplo, que foi andreazzista e anunciou estar agora com o Maluf, está na nossa lista”, disse o deputado paranaense. Na realidade, o trabalho dos andreazzistas não se limita a um simples recenseamento.

Na noite do último sábado, durante o casamento de uma filha do empresário Davi Elkind — um dos financiadores da campanha do Ministro Mário Andreazza — o Deputado Santos Filho procurou Ardenghi e pediu que ele se afastasse um pouco dos malufistas, para poder continuar no bloco andreazzista. Segundo Santos Filho comentou com amigos, Ardenghi concordou em rever sua posição.